

**IDEOLOGIA, REPRESENTAÇÕES E MEMÓRIA: CAMPOS DE DISPUTA**

Roney Gusmão Carmo

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

**RESUMO**

Entendemos que as categorias “ideologia”, “representações” e “memória social” estabelecem entre si uma relação de complementariedade, situada na cotidianidade de homens e mulheres. É na concretude das relações sociais que as ideologias penetram a subjetividade dos sujeitos e se externalizam em forma de representações, cuja mobilidade entre gerações ocorre por meio do que aqui definimos por memória social. Para essa análise, consideramos o percurso dialético ao compreender os homens como sujeitos históricos e, portanto, postos numa totalidade orgânica.

Palavras-chave: Ideologia, representações, memória social.

**IDEOLOGY AND SOCIAL MEMORY: THE CONCRETENESS OF REPRESENTATIONS****ABSTRACT**

We understand that the categories "ideology", "representations" and "social memory" establish among themselves a relationship of complementarity, situated in the everyday men and women. It is in the concreteness of social that ideologies penetrate the subjectivity of the subject and externalize shaped representations, whose mobility between generations occurs through here defined by social memory. For this analysis, we consider the dialectical path to understand men as historical subjects and thus put an organic whole.

Keywords: Ideology, representations, social memory.

**Introdução**

Ideologia, representações e memória social são três campos teóricos altamente ricos de análises, porém extremamente conflituosos. Certamente, essa dúbia atribuição se deve a dois motivos. Primeiro, porque ambos os conceitos se situam num espaço limítrofe entre subjetividade e concreticidade, acionando, portanto, distintas linhas teóricas (ou até mesmo inconciliáveis) que visam compreender seus contornos. Segundo, porque tanto ideologia, como representações e memória são elementos susceptíveis a manobras com vistas à perpetuação do ideário hegemônico. De fato, especialmente numa sociedade classista, onde a captura da subjetividade é etapa crucial para alastrar a fetichização da mercadoria, os conceitos supracitados parecem ser puramente manobrados pela classe hegemônica, entretanto, não negligenciamos as possibilidades de que grupos subalternos desenvolvam mecanismos de resistências e, por este motivo, adentrem uma arena ferrenha de disputa ideológica.

Concordamos, sim, com a ideia de que existe uma classe, cuja maquinaria que lhe é disposta permita disseminar valores ideológicos equalizados aos seus interesses, porém

entendemos que tal fato não inviabilize os estudos dentro dos temas que abordamos. Os conflitos inerentes aos campos de estudos em ideologia, representações e memória social apenas robustecem sua análise e não a inviabilizam, pois o próprio nexo de disputa traçado na cotidianidade das relações sociais não é tão previsível quanto se julga, nem tão simplista quanto se espera.

### **A dialética da ideologia**

Embora a expressão ideologia seja muito associada ao marxismo, seu uso antecede as análises propostas pelo materialismo histórico-dialético. Destutt de Tracy (1817) já havia tratado do tema muito brevemente em um capítulo dos seus livros voltado a temas da zoologia. Nessa perspectiva, o autor abordava ideologia basicamente como ideias derivadas da interação entre os organismos vivos e o meio dentro de uma perspectiva simplista, muito diferente da forma como o conceito tem sido evocado hoje.

Em “A ideologia alemã” (1846), Marx retomou a expressão ideologia, mas dentro de um enfoque bastante distinto. Aqui, ideologia é apontada como um conceito pejorativo, como ilusão ou falsa consciência, dentro de uma concepção materialista sujeita à manipulação de classes sociais hegemônicas. Em Marx, as condições materiais são determinantes das ideias, logo, as classes favorecidas terão o poder de manipular as ideologias com vistas ao atendimento dos seus interesses. A lógica do raciocínio é: se estamos numa sociedade estratificada em classes sociais, então as distintas classes terão desiguais possibilidades de inserção no espaço social, assim, as ideias que transitam na prática social estão subjugadas às manobras daqueles que detém o poder.

Evidentemente, o termo ideologia não possui um único significado, sendo possível encontrar, após Marx, mudanças conceituais, que até hoje motivam diversos debates dentro da academia. Contudo, apesar da diversidade de abordagens, em Marx, a percepção dos componentes materiais, como parte integrante da formulação de ideias, é de extrema validade. Não se pode negligenciar as condições de inserção dos sujeitos na sociedade como elemento significativo na formulação, bem como assimilação das ideias que trafegam na prática social. É considerando a dimensão social para formulação da ideologia, que alguns autores preferem defini-la como “visão social de mundo”, ou seja, percepção a partir das condições históricas e materiais que formam os sujeitos dentro do seu contexto social. Nesse sentido, “visões sociais de mundo seriam, portanto, todos aqueles conjuntos estruturados de valores, representações, ideias e orientações cognitivas. Conjuntos esses unificados por uma perspectiva determinada, por um ponto de vista social, de classes sociais determinadas.” (LÖWY, 2006, p. 13).

É nesse contexto que se faz pertinente lembrar a dialética como parte significativa da análise marxiana. A princípio, a dialética considera o movimento perpétuo, rejeitando qualquer sensação de permanência rígida dos fatos e das ideias. Essa constatação é sensata à medida que permite compreender as mudanças sinalizadas historicamente pelo sistema capitalista como parte constituinte da transformação de ideologias no cerne desta estrutura. Afinal, todos os incrementos postos à sociedade como condição de sobrevivência do modelo concentrador, também se converte em significações, em representações e subjetividades.

Para Marx, aplicando o método dialético, todos os fenômenos econômicos ou sociais, todas as chamadas leis da economia e da sociedade, são produto da ação humana e, portanto, podem ser transformados por essa ação. Não são leis eternas absolutas ou naturais. São leis que resultam da ação e da interação, da produção e da reprodução da sociedade pelos indivíduos e, portanto, podem ser

transformadas pelos próprios indivíduos num processo que pode ser, por exemplo, revolucionário. (LÖWY, 2006, p. 15).

Outro componente imprescindível da dialética é a totalidade. Essa ideia parte da compreensão de que é impossível entender um fenômeno sem considerar a totalidade dos elementos que inferem sentido ao mesmo. Analisar a realidade social, por exemplo, solicita considerá-la como um todo orgânico, que precisa levar em conta sua vinculação com o conjunto. Tal observação é oportuna para estudos acerca de ideologia, uma vez que tal análise sugere perceber a relação estabelecida entre sua subjetividade e o conjunto da vida social, especialmente por que entende a história em sua relação dialética com as bases materiais construídas e construtoras dos homens.

Um estudo dialético sobre ideologia considera a totalidade dos fenômenos que a compõem, pondera as bases materiais e históricas que a formularam e, inclusive, as contradições presentes no próprio objeto analisado. Assim, pode-se deduzir que não existe uma ideologia isenta de história, de classe social, de contradição, de uma totalidade social que a torna tão complexa quanto as próprias teias que formulam o todo.

Partindo dessa ideia, concordamos que a ideologia não se constrói no plano individual, mas no social. São classes que constroem visões de mundo e, portanto, que as fazem subsistir ou extinguir. Se existem textos ideológicos na cultura, na arte, na ciência, na mídia, na política ou na religião, tais posicionamentos são, sobretudo, visões de classes sociais.

... as visões de mundo, as ideologias, a superestrutura, não configuram ideias isoladas mas um conjunto orgânico. São sobretudo “uma maneira de pensar”. Esse é o termo que Marx utiliza para caracterizar a visão de mundo, a ideologia pequeno-burguesa. Não é apenas a ideia sobre a propriedade privada sobre o Estado ou sobre Deus, é uma certa problemática, é uma certa maneira de pensar. (LÖWY, 2006, p. 105).

As ideias, nesse sentido, são compostas de representações de classe e, como tal, estão mais sujeitas a manobras de determinados grupos sociais em detrimento de outros, mais vulneráveis “ideologicamente”. Na linha de raciocínio marxista, a ideologia surge sempre como representante dos interesses burgueses, cuja finalidade é conservar a estrutura de classes vigente no capitalismo. Entretanto, embora não adentremos no teor extremista dessa constatação, é útil lembrarmos que, de fato, as ideologias contêm interesses de classes, sejam aquelas munidas por interesses conservadores, revolucionários ou subversivos, são todas postas em determinadas posições sociais e, como tal, contêm interesses que legitimam o lugar de onde surgem. Antes de antevermos a ideologia como subjetividade tragada pela lógica burguesa, devemos constatar que o cerne da questão é compreender as ideias como espaço de luta por interesses frequentemente antagônicos. É esta constatação que permite formular hipóteses investigativas passíveis de serem surpreendidas no decorrer de pesquisas acerca do tema, uma vez que “as ideologias têm um caráter intrinsecamente dialético, enquanto os processos sociais complexos significam que ‘as ideologias se superpõem, competem e se chocam, e subjagam ou reforçam umas às outras.’” (ABERCROMBIE et al., 1996, p. 155).

Por fim, é necessário retomar a percepção dialética para compreender a ideologia e seu caráter classista, afinal até mesmo os interesses mais conservadores estão ancorados a determinados interesses historicamente construídos. O próprio Marx lembra que a burguesia já foi uma classe revolucionária, cuja ideologia apoiava a mudança da sociedade, contudo, no momento em que tal classe se estabeleceu hegemônica e as condições concretas de sobrevivência lhes tornaram propícias, os interesses se converteram de

revolucionários a conservadores, tendo em vista a manutenção da propriedade privada e da exploração do trabalho. Nesse sentido, a ideologia também é um conceito histórico, tão mutável quanto as próprias bases concretas de subsistência do sistema, cujo nexos de perpetuação e reprodução se articula às construções ideológicas que trincam as relações sociais cotidianas. Assim, concordamos com Therborn em seu conceito de ideologia:

“Ideologia” será usado, aqui, num sentido muito amplo. Não implicará necessariamente nenhum conteúdo específico (falsidade, falso conhecimento, caráter imaginário em oposição ao real), nem tampouco presumirá nenhum grau necessário de elaboração e coerência. Antes, fará referência ao aspecto da condição humana em que os seres humanos levam sua vida como atores conscientes num mundo que faz sentido para eles em graus variáveis. A ideologia é o meio através do qual essa consciência e esse sentido operam. (THERBERN apud ABERCROMBIE et al., 1996, p. 158).

### A ideologia e as representações

É sabido que o campo das representações, especialmente das representações sociais, é extremamente vasto, apropriado por diversas áreas que fazem uso das teorias em torno dessa temática. Desde a psicologia social até a sociologia incorporam a teoria das representações sociais como parte fundante da percepção de que o mundo de significados é regido, também, pelas relações sociais. Segundo Franco & Novaes (2001, p. 4), representações sociais são “comportamentos em miniatura”, Abric (2000, p. 27) entende como “réplica da ação” ou “prévia da ação” e Minayo (2007) como “senso comum”. Essas análises permitem associar representações com a prática social dos sujeitos, especialmente por que entende o significado como precedente da ação. Todavia, aqui utilizamos representação social como senso comum, como composto de significações oriundas da concretude das relações sociais que, de algum modo, contribui para a formulação de representações aqui concebidas como fragmento social e histórico de uma totalidade dialética.

Recorremos a Kosik (2000) no conceito de pseudoconcreticidade para entender que “o indivíduo ‘em situação’ cria suas próprias representações das coisas e elabora todo um sistema correlativo de noções que capta e fixa o aspecto fenomênico da realidade” (p.14). Na ideia do autor, as representações brotam da cotidianidade, da vida concreta e, por essa razão, solicita ao pesquisador que transcenda o caráter fetichizado dessas representações.

É exatamente nessa cotidianidade que brotam sistemas de valores e representações que dão sentido ao olhar dos sujeitos sobre sua *práxis*. De todo modo, no viés teórico marxista, o homem é sujeito histórico e, sobretudo, posto numa totalidade dialética, exposto a signos advindos da dinâmica sociometabólica do sistema. Por conseguinte, o senso comum é suscitado do mais trivial cotidiano de homens e mulheres históricos, contudo, a representação comum do dia-a-dia se torna exaustivamente repetitiva e involuntariamente reproduzida, perpetuando valores, simbologias e representações.

Para que possa ser homem, o homem tem de executar automaticamente várias ações vitais. Estas ações são tanto mais perfeitas e tanto mais benéficas ao homem quanto mais perfeitamente se automatizam e quanto menos passam através da consciência e da reflexão. Quanto mais complicada for a vida humana; quanto mais numerosos forem os contatos estabelecidos pelo homem e as funções que ele desempenha: tanto mais

vasta tem de se tornar a necessária esfera da automatização de ações, hábitos e processos humanos (KOSIK, 2010, p. 88).

Por meio dessa constatação, fica claro que a automaticidade de valores e ações não só compõem a prática social dos homens, como é condição para sua inserção e identidade com seu espaço concreto de sobrevivência. É, pois, nessa base concreta que constroem-se os homens, permeáveis de valores, representações, objetivações, fato que permite deduzir que “o homem é antes de tudo aquilo que o seu mundo é” (KOSIK, 2010, p. 85).

A inevitabilidade da condição social de homens históricos faz criar “representações das coisas e elaborar todo um sistema correlativo de noções que capta e fixa o aspecto fenomênico da realidade” (KOSIK, 2010, p. 14). Os sujeitos estão ancorados numa teia de relações sociais que, por sua vez, se acoplam dialeticamente a uma totalidade histórica e, no convívio social, os indivíduos introjetam significados advindos da obviedade do senso comum, que penetram a consciência, estabelecendo o que Kosik entende por “pseudoconcreticidade”. Essa “pseudoconcreticidade” nada mais é do que os significados mais vulgares do senso comum, internalizados em indivíduos que, em posição ativa, absorvem, elaboram e, até, reproduzem nebulosas representações que lhe foram compartilhadas.

O mundo da pseudoconcreticidade é um claro-escuro de verdade e engano. O seu elemento próprio é o duplo sentido. O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial ou apenas sob certos ângulos e aspectos (KOSIK, 2010, p. 15).

A representação comum se manifesta, então, falseada, fetichizada, confinada à obviedade do cotidiano, incapacitada de exceder a concretude do senso comum e reduzida ao tátil e ao alcance dos olhos. Havendo reconhecido essa incapacidade das representações em transcender a aparência, cabe ao pesquisador ter a perspicácia de associa-la à totalidade, sem perder de vista a simplicidade-complexa (ou a “claridade-obscura”) do senso comum. É por esse motivo que, na busca por compreender a totalidade quer cerca o pensamento fetichizado, se faz necessário destruir esquemas abstratos e a “aparente independência do mundo dos contatos imediatos de cada dia” (KOSIK, 2010, p. 20).

É também necessário salientar que a cotidianidade não se opõe, necessariamente, ao “mundo oficial”, pelo contrário, estabelecem entre si uma relação de retroalimentação que se complementam. Nesse sentido, se pensarmos na história, esta se interpenetra à cotidianidade, podendo estabelecer uma relação de complementariedade e, não necessariamente, de oposição. Em suma, podemos encontrar na história explicações para fatos nebulosos da vida cotidiana, bem como podemos também encontrar na vida cotidiana signos que ratificam e corroboram para a amplidão da pesquisa histórica.

Para que seja reconduzido à própria realidade, ele [o senso comum] tem de ser arrancado da familiaridade intimamente fetichizada e revelado na sua brutalidade alienada. A experiência acrítica e ingênua da vida cotidiana como o ambiente humano natural, e bem assim a tomada de posição crítica do niilismo filosófico, apresentam um traço comum essencial: consideram um determinado aspecto histórico da cotidianidade como o fundamento natural e imutável de qualquer convivência humana. A alienação da cotidianidade reflete-se na consciência, ora como posição acrítica, ora como sentimento do absurdo. Para que o homem possa descobrir a verdade da cotidianidade alienada, deve conseguir dela se

desligar, liberá-la da familiaridade, exceder sobre ela uma “violência” (KOSIK, 2010, p. 89).

Essa “violência” se faz necessária na pesquisa porque, de fato, o pensamento comum é acríptico e ingênuo de tal forma que se torna à deriva dos fatos que os conduzem. Se transpusermos essa constatação a estudos sobre a classe trabalhadora – formada a partir de suas mais concretas condições sociais de existência – observaremos que representações comuns são parte integrante das relações traçadas na cotidianidade do trabalho. Nesse sentido, o senso comum dos trabalhadores é carregado por uma visão fetichizada sobre sua realidade, todavia, é também, parte da substância dessa pesquisa à medida que se associa a uma totalidade dialética.

Em Marx, as representações aparecem em sua relação dialética com o modo de produção da vida material, sendo que “as circunstâncias fazem os homens assim como os homens fazem as circunstâncias” (MARX, 1986, p.56). Para Marx, a “maneira de pensar” é fruto das condições concretas de existência do homem histórico e, como tal, estão fetichizadas pela ideologia dominante (LÖWY, 2006). Nesse sentido, ao contrário dos hegelianos, Marx vai entender a base material como condição para o desenvolvimento do homem em suas dimensões social, política e intelectual.

Indivíduos determinados que, como produtores, atuam também de forma determinada, estabelecem entre si relações sociais e políticas determinadas (...). A produção das ideias, das representações, da consciência está, de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material entre os homens, como a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens aparece aqui como a emanção direta de seu comportamento material (...). Os homens são produtores de suas representações, de suas ideias, etc., mas os homens reais, ativos, tal como se acham condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde (MARX, 1986, p. 35-44).

Evidentemente, o materialismo histórico-dialético, considera, não apenas as bases materiais na formulação de significados, mas também entende esta relação dentro da história. Assim, as características sociais, políticas, econômicas inerentes a um período histórico inferem significados a representações comuns, logo, “a imaginação, a representação, que esses homens determinados fizeram de sua práxis real transforma-se na única força determinante e ativa que domina e determina a práxis desses homens”. (MARX, 1986, p. 45).

### **Memória social: representação do passado**

As representações possuem, como já mencionamos, posicionamentos ideológicos associados às condições concretas dos sujeitos e, se lembrarmos que essas condições concretas são mutáveis em função do próprio metabolismo social, logo, chegamos à constatação de que as representações das coisas estão inscritas no movimento dialético da história.

Essas representações comuns e as experiências dos sujeitos estão ancoradas numa história em ininterrupto movimento, percepção ilustrada por Hobsbawm ao fazer a leitura do “itinerário de um ser humano, cuja vida não poderia ter ocorrido em qualquer outro século.” (HOBSBAWM, 2007, p. 12). Assim, dissociar as representações do contexto

histórico que cerca os indivíduos é negligenciar as condições materiais e sociais que participam ativamente na construção do mundo de significados.

Assim como as representações concretas não podem ser entendidas como uma construção puramente individual – destituída do contexto social que lheadere significados – da mesma forma não devem ser vistas descoladas do contexto histórico e das condições que fundamentaram sua construção. As relações sociais postas e dinamizadas pela história permitem compartilhar significados entre os sujeitos. Homens e mulheres constroem representações, compartilham, reconstróem a partir de outros significados que lhe foram herdados socialmente. Nesse sentido, podemos afirmar que a história dá forma à

experiência oferecendo uma gama de escolhas cambiantes, mas sempre limitadas, com as quais, adaptando a frase de Karl Marx, “os homens fazem [suas vidas], mas não [as] fazem como desejam, não [as] fazem nas circunstâncias escolhidas por eles, e sim nas circunstâncias diretamente encontradas, proporcionadas e transmitidas pelo passado”, poder-se-ia acrescentar: e pelo mundo à volta deles. (HOBSBAWM, 2007, p. 11-12).

A partir dessa discussão, pode-se então considerar que as representações se movem no decorrer da história, afinal, a forma como significamos elementos da vida está associada ao contexto sócio-histórico onde situamos e, sobretudo, amarrada às condições materiais. Portanto, a relação entre representações e história é nítida, tanto porque as condições materiais que as elaboram são históricas, como também por que o mundo de significados é móvel no tempo e socialmente herdado.

É esse tráfego de representações que aqui definimos por memória social, cujo sentido está na “seleção, interpretação e na transmissão de certas representações do passado produzidas e conservadas especificamente a partir do ponto de vista de um grupo social determinado<sup>1</sup>.” (JEDLOWSKI, 2000, p. 126).

Ao abordarmos a memória como “representação do passado”, não queremos conceber os significados socialmente construídos e negociados como uma subjetividade estanque e imóvel, pelo contrário, analisamos as representações, essencialmente, como significados móveis entrelaçados à sociedade e à história de um presente contínuo. A partir dessa ótica, as representações possuem identidade tanto com o presente como também com o passado, simplesmente por que é causa e efeito da história, é determinante e determinado pela prática social.

Representar socialmente significa produzir e reproduzir significados, isso envolve ações retroalimentadas por ciências e ideologias que orientam a forma de pensar dos sujeitos. As representações possuem, assim, uma natureza simbólica, manifesta na ação, no discurso e nos produtos culturais, capaz de legitimar a ação e instituir identidades (ROSA et al, 2000).

As representações, assim como a memória, estão carregadas de ideologia, posição de classe, visões de mundo, que, conjuntamente, cimentam as representações às características específicas do grupo que as elabora. Até mesmo o caráter seletivo da memória tem uma razão, que só é percebida pelo esquadramento dos interesses ideológicos do grupo que recruta o objeto memorado. Assim, “a memória coletiva não corresponde sequer a todas as representações do passado que, elaboradas de outra forma, estão à disposição dos membros de uma sociedade.” (JEDLOWSKI, 2000, p. 126).

Nessa dinâmica de vínculos sociais postos numa história em curso, as representações ora se mesclam, ora são reconstruídas, ora são conservadas, ora extinguidas. Os fatores que vão determinar os caminhos das representações são múltiplos,

complexos e específicos de cada grupo social em consonância com a temporalidade e trajetórias vitais, não apenas resumidas a uma interpretação cronológica convencional, mas peculiar a cada metabolismo social.

Nesse processo de acúmulo e decomposição contínua dessas experiências supõe que há um processo dialético de validação de novas e velhas experiências, a partir de determinados condicionamentos econômicos e sociais, que é inevitável considerar quando pensamos a educação, sua vinculação com a idade e com os fenômenos culturais e com a história. Tudo isto supõe a generalização de que sempre há grupos de idades que viveram distintas experiências, e ao envelhecer, trazem consigo determinadas experiências acumuladas que, de certa forma, são sempre condicionadas às condições conjunturais (econômica, política e culturais) em dado tempo, e que passam a ser continuadas e superadas por outros grupos no processo dialético de novas condições e oportunidades históricas, ao tempo em que estas experiências são compartilhadas, adquiridas e transformadas, pelo processo de transmissão geracional. (MAGALHÃES, 2007, p. 100).

As representações, então, ganham mobilidade no decorrer da história e entre gerações através da memória que, esboçada no e pelo presente, solicita significações do passado, conservando ou remodelando-as segundo os interesses daqueles que acionam determinado conteúdo do passado.

Evidentemente, ao concordarmos com Halbwachs (2006), que compreende a memória como um construto social efetuado no presente, estamos reconhecendo que os significados e valores contidos no objeto memorado está completamente vulnerável à manipulação decorrente do próprio caráter seletivo da memória. Dessa forma, a memória, como qualquer outra ideia suscitada no interior das relações sociais, contém posicionamentos ideológicos, é uma construção parcial e comprometida com interesses implícitos na sua seletividade.

Aqui a memória comparece como uma importante fonte de ligação entre o passado e o presente, ou seja, da racionalização temporalizada das experiências. Portanto, como toda fonte, pode estar ideologicamente formada, carecendo de ser analisada. Isto nos obriga a anunciar, embora não tenhamos condição de aqui adentrar na distinção entre História e Memória, que a história em sua autonomia, pode não coincidir necessariamente com a memória, ou seja, há de se pensar que nesta relação há sempre que se discutir o tema da “consciência”. (MAGALHÃES, 2007, p. 103).

É interessante acrescentar que toda memória é uma construção social e, como tal, se compõe a partir da prática cotidiana dos sujeitos. Halbwachs (2006, p.60) acrescenta que existem “tantas memórias quantos grupos sociais existirem”, já que é na ordinariedade das relações sociais onde todo um sistema de valores e representações eclodem, perdurando ou extinguindo no decorrer do tempo. Muito embora o autor não mencione a memória como espaço de disputa de significados entre os grupos, pode-se deduzir que em todas sociedades existem aquelas memórias robustecidas pelo poder hegemônico e aquelas marginalizadas na sociedade, ao que Pollak (1992) entende por memória subterrânea.

Se há diversas memórias coletivas, certamente algumas são mantidas socialmente conforme as exigências ou necessidades do presente. Dessa perspectiva, podemos dizer que a memória está intrinsecamente relacionada com as práticas político-culturais de uma sociedade, de um povo, de uma nação etc., e que, algumas são mantidas na ordem do dia – como é o caso de algumas comemorações – ao passo que outras permanecem submergidas. (MAGALHÃES & ALMEIDA, 2011, p. 101).

Se determinadas memórias práticas<sup>2</sup> são conservadas em detrimento de outras que são esquecidas, é por que existem interesses hegemônicos na manutenção de determinados valores que orientam as relações sociais. Nesse sentido, falar de memória requer também falar de ideologia, uma vez que a ideologia é uma forma de memória social (SANDOICA apud MAGALHÃES & ALMEIDA, 2011), à medida que a seletividade – que lhe é típica – situa a memória na linha limítrofe entre esquecimento/conservação, e esta relação conflituosa perpassa por interesses múltiplos que buscam subsistir nas “visões de mundo” que orientam a prática social dos sujeitos. O campo da memória, portanto, solicita indagar acerca das “visões de mundo” que “prevalecem ou são relegadas sob determinadas condições; que interesses de grupos sociais e que condições materiais regulam a sua produção e reprodução.” (MAGALHÃES & ALMEIDA, 2011, p. 101).

A relação dicotômica esquecimento/conservação implícita na memória social, se torna ainda mais agravada quando nos referimos à sociedade capitalista, onde distintos grupos possuem desiguais formas de inserção. São valores múltiplos com diferentes possibilidades de se fazerem subsistir, o que inevitavelmente resulta na prevalescência de interesses hegemônicos, sustentados a partir de uma máquina pública altamente submersa numa determinada ideologia.

Essas relações desiguais de poder, realçadas pela discrepância econômica entre os grupos sociais, potencializa a seletividade da memória, tornando-a ferramenta de sustentação da estratificação social. Na oportunidade, a memória frequentemente aciona simbologias, valores e condutas, com vistas a reproduzir a dominação, principalmente por que bane memórias submersas (oriundas de classes menos favorecidas), e fazendo prevalecer memórias oficiais, disseminadas por aparelhos de mídia e pelo Estado, que massificados numa sociedade colonizada pelo consumo, destitui da população a opção por uma memória que exceda a hegemônica. Por efeito, surge a sensação de que no atual discurso, o capitalismo é a única forma de organização das relações humanas e o consumo a única via para alcance da realização pessoal. Ideias massificadas através da apropriação das “visões de mundo” de homens e mulheres, formados por uma memória ideologicamente comprometida com a atual estrutura de classes, garantem a reprodução, bem como os incrementos, de um sistema classista, calcado no consumo e materialismo.

## Conclusão

Ao compreender o teor ideologizado da memória implícito em sua seletividade, pode surgir o questionamento: por que estudá-la? Qual é a contribuição que esta análise geraria para superação das condições atualmente existentes? Antes de discutir sobre essas indagações, é necessário chamar atenção para alguns debates sugeridos por Halbwachs no início do século XX. Discorrendo sobre memória coletiva, o autor sinaliza que, embora a história se demonstre compartimentada por períodos, eras estanques, tal fragmentação é puramente esquemática, pois no decorrer de diferentes períodos, Halbwachs (2006, p. 104) afirma existir um “fio da continuidade” entre os grupos. Segundo o autor, mesmo em diferentes momentos da história, a memória coletiva faz transcorrer ideias, que são, para

ele, “não apenas os fatos, mas os modos de ser e de pensar de outrora que se fixam assim na memória” (HALBWACHS, 2006, p. 85).

Assim, a memória faz transitar representações no decorrer do tempo, superando diferentes momentos da história, e arrastando significados mantidos nas relações sociais. Dessa forma, investigar a memória coletiva é entender os meios materiais e sociais que propiciaram sua conservação e, para tal, torna-se necessário deflagrar as condições materiais que geraram distintas formas de inserção entre os grupos que compõem a prática social. Nesse processo investigativo, a percepção da relação dialética entre memória e esquecimento é meio crucial para produção da consciência, afinal “el poder de crear y estabilizar la memoria es de hecho signo de poder en general a todos los niveles de la organización social.” (JEDLOWSKI, 2000, p. 127).

Não intentamos adentrar as discussões em torno da filiação durkheimiana de Halbwachs, mas cabe salientar que os estudos em memória corroboram para compreender os contextos sociais de construção e manutenção de experiências e representações, pois

há um processo de recordação que está além do indivíduo, que é impessoal, correspondente a uma sociedade globalmente referida, que o indivíduo participa, segundo determinados interesses, sob condições parciais, ou não, se torna importante a sua formulação de que os conteúdos da memória contém sempre um reflexo da realidade social e da realidade temporal, que desempenha um papel importante no processo de transmissão social das experiências e da sua significação como aprendizagem. (MAGALHÃES, 2007, p. 108).

Por fim, cabe salientar que entender a memória solicita compreender as condições sociais e históricas em que os significados são construídos, é também compreender a sociedade como um todo orgânico, composto de contradições produzidas e reproduzidas segundo a dinâmica impressa pela história na sociedade. Assim, o campo da memória implica em temporalização de vivência dos homens e mulheres que compõem o todo dialético de uma sociedade inscrita na história e em ininterrupto movimento. A memória, nesse sentido, não se traduz apenas como conservação, mas é o está posta na relação difusa, dicotômica e flexível entre a produção e a reprodução de significados a partir de um metabolismo social altamente dinâmico.

## Referências:

ABERCROMBIE, N; HILL, S. & TURNER, B. S. Determinismo e indeterminismo na teoria da ideologia. In: ZIZEK, S. (Org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ABRIC, J. C. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A. S. P. & OLIVEIRA, D. C. de (Orgs.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. 2. ed. Goiânia: AB, 2000. (p. 27-38).

FRANCO, M. L. P. B & NOVAES, G. T. F. Os jovens do ensino médio e suas representações sociais. In: **Cadernos de pesquisa**. Num. 112. São Paulo, mar. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n112/16107.pdf>. Acesso em 17 de junho de 2011.

FRANCO, M. L. P. B. **Representações sociais, ideologia e desenvolvimento da consciência.** In: Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 121, jan./abr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n121/a08n121.pdf> . Acesso: 14 de novembro de 2012.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** Trad. Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro editora, 2006.

HOBSBAWM, E. **Tempos interessantes: uma vida no século XX.** Tradução: S. Duarte. São Paulo: Editora Schwarcz, 2007.

JEDLOWSKI, P. La sociología y la memoria colectiva. In: ROSA, A, BALLELLI, G & BAKHUST, D (Orgs.). **Memoria colectiva e identidade nacional.** Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2000. (p. 123/132).

LÖWY, M. **Ideologias e Ciência Social: fundamentos para uma análise marxista.** 17. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MAGALHÃES, L D. R. & ALMEIDA, J. R. M. Relações simbióticas entre memória, ideologia, história e educação. In: LOMBARDI, J. C; CASIMIRO, A. P. B & MAGALHÃES, L. D. R (Orgs.). **História, memória e educação.** Campinas – SP: Alínea, 2011.

MAGALHÃES, L. D. R. Educação, História e Memória: uma aproximação do estudo geracional. In: **Revista HISTEDBR online.** Campinas: UNICAMP, 2007. Num. 28. Disponível em: [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/28/art07\\_28.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/28/art07_28.pdf). Acesso em 26 de julho de 2011.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política.** Volume 1. Tradução: Regis Barbosa & Flávio Kothe. 2. ed. São Paulo: Nova cultural, 1986.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas.** (1845-1846). Tradução: Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 10 ed. São Paulo: HUCITEC, 2007.

POLLAK, M. **Memória e Identidade Social: Estudos Históricos.** Tradução: Monique Augras. Rio de Janeiro, vol. 05, nº. 10, 1992.

ROSA, A., BALLELLI, G & BAKHUST, D. Representaciones del pasado, cultura personal e identidad nacional. In: \_\_\_\_\_. **Memoria colectiva e identidade nacional.** Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2000. (p. 41-87).

SÁ, C. P. de. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

\_\_\_\_\_. Sobre o campo de estudo da memória social: uma perspectiva psicossocial. In: **Psicologia Reflexão e Crítica.** Vol. 20, num. 002. Porto Alegre: UFRGS, 2007. (p. 290-295).

TRACY, D. **Elementos de ideologia.** Trad. Nuno Melim. Troisième Ed.: Paris, 1817. Disponível em: <http://cfcu.fc.ul.pt/Seminarios/ElementosIdeologiaTracy.pdf> Acesso em: 02 de novembro de 2013.

Notas

---

<sup>1</sup> Tradução nossa.

<sup>2</sup> Em debate pertinente ao que ora se discute, Sá (2007) classifica a memória social em alguns subtipos, dentre eles estão as “memórias práticas”, que, segundo ele, são externas ao próprio sujeito, manifestando-se quase que involuntariamente e estando presentes nas ações que vão desde práticas ritualísticas até as mais corriqueiras. É a sedimentação no corpo e na linguagem de ações perenizadas pela memória social, que fazem reproduzir no ato cotidiano determinados valores herdados pelos vínculos sociais.

Recebido: abril/13

Aprovado: novembro/13